

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.728 - FR (2019/0185085-7)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL DE RECURSO DE PARIS  
**INTERES.** : EMI IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**PARTE** : TUV RHEINLAND LGA PRODUCTS GMBH E OUTRO  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça francesa solicita que se proceda à notificação da empresa interessada de recurso interposto em demanda lá em curso.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 189-190. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 191).

A Defensoria Pública da União (fls. 195-197), na qualidade de curadora especial, e o Ministério Público Federal (fl. 199) não se opuseram à concessão do *exequatur*.

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado do Paraná, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 60 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente